

I Encontro Nacional de Política, Relações Internacionais e Religião

“Desafios do Estudo da Religião nas Relações Internacionais”

João Pessoa, 21 e 22 de fevereiro de 2019

Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

FEMINISMO ISLÂMICO E SUAS TRAJETÓRIA NO IRÃ E NA ARÁBIA SAUDITA

Áreas Temáticas: Teorias de Relações Internacionais e Religião; Religião, Sociedade Civil e RI; Religião e Movimentos Antissistêmicos Internacionais;

Thaís Vieira Kierulff da Costa

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

João Pessoa

2019

Resumo :

O Feminismo Islâmico destaca-se por ser uma vertente não secular dentre as várias do feminismo, que coloca a religião como parte fundamental da identidade feminina. A despeito do crescente espaço que as questões de gênero vêm ocupando no campo de Relações Internacionais, essa corrente permanece no plano secundário e por vezes é considerada incompatível com a defesa da emancipação e autonomia femininas defendidas pelas ativistas do Ocidente. O presente artigo pretende caracterizar o feminismo islâmico e suas principais reivindicações, com foco na articulação entre discurso e práticas feministas dentro ou a partir dos preceitos islâmicos. Uma vez estabelecido um panorama para esse movimento político-religioso, serão analisadas suas trajetórias em dois países de maioria islâmica: Arábia Saudita – onde reformas para fomento da participação das mulheres na política e arrefecimento de determinadas restrições são recentes e incipientes – e no Irã – onde reformas liberalizantes no século XX em certa medida ecoam mesmo com a pressão de um governo conservador. O objetivo é compreender as particularidades do feminismo islâmico, como este se adapta a diferentes contextos sociais e históricos, as conquistas e os principais desafios enfrentados.

Palavras Chave: Feminismo Islâmico, Islã, Feminismo, Relações Internacionais, Irã, Arábia Saudita

Origem, características e reivindicações do feminismo islâmico

Ao final da década de 1980 e no início da década de 1990, os estudos feministas ganharam espaço e relevância no campo de Relações Internacionais, evidenciado pelo aumento de pesquisas e publicações de autoras de diversas vertentes do movimento feminista. A partir disso houve avanço nos debates e a produção de diversas ontologias epistemologias nos estudos feministas, porém algumas questões ainda representam um desafio com o qual os acadêmicos precisam lidar. Uma delas é o feminismo islâmico, uma vez que na literatura de gênero ocidental, de maneira geral, autonomia e emancipação femininas são atreladas a premissas seculares e universais, logo as relações específicas entre mulher religião e autonomia não são contempladas (SILVA, LINHARES, MELO, 2017).

Nesse contexto, o feminismo islâmico se apresenta como um conjunto de atitudes plurais cujo propósito é, tendo como referência a doutrina islâmica, buscar na doutrina religiosa bases discursivas e práticas para a emancipação das mulheres. A religião, portanto, é parte fundamental da identidade das integrantes do movimento, que não percebem o Islã como obstáculo para uma sociedade mais igualitária. As feministas muçulmanas, na verdade, procuram revisar tendências masculinizadas dentro do Islamismo por meio do contato com os textos sagrados tendo em vista a igualdade de gênero, a partir do que é possível desenvolver uma consciência feminina entre a comunidade islâmica (SILVA, LINHARES, MELO, 2017).

Esse movimento político-religioso tem como norte a ampliação dos debates acerca do papel da mulher dentro da comunidade muçulmana e se destaca pelo questionamento da responsabilização do Islã pela opressão da mulher nas sociedades islâmicas dentro da ótica feminista secular. Sua origem é recente e não pode ser atribuída a um único país, fato que abre espaço para diversidade de perspectivas, porém compartilhada a premissa de que a opressão contra mulheres em países islâmicos decorre não da religião em si, mas de normas, crenças e práticas derivadas de interpretações masculinizadas do Alcorão. Sendo assim, as feministas islâmicas advogam pela reinterpretação ao invés da negação dos textos sagrados, buscando possibilidades de emancipação e de ampliação do papel feminino no mundo muçulmano, tornando as mulheres membros ativos da sociedade (SILVA, LINHARES, MELO, 2017).

Algumas das principais características e reivindicações do movimento feminista islâmico estão expressas em um discurso de Benazir Bhutto¹, proferido na Quarta Conferência Mundial da ONU sobre a Mulher², em 1995. Ela inicia sua fala argumentando que: “Devemos viver conforme o verdadeiro espírito do Islã, e não só conforme seus rituais”. Ademais, diferentemente do que se imagina, o Islã abarca uma enorme variedade de tradições políticas, sociais e culturais.

Para aqueles que afirmam falar em nome do Islã, mas negariam às mulheres nosso lugar na sociedade, eu digo: o ethos do Islã é a igualdade, a igualdade entre os sexos [...] o Islã proíbe a injustiça, a injustiça entre contra os povos, contra as nações, contra mulheres. Impõe a seus seguidores o combate à opressão e à tirania [...] O Islã codificou os direitos das mulheres. Garantiu seus direitos cívicos, econômicos e políticos. Infelizmente, os princípios islâmicos em relação às mulheres logo foram negados. As mulheres foram maltratadas, discriminadas e submetidas à violência e à opressão; sua dignidade foi ferida e seu papel negado. As mulheres tornaram-se vítimas de uma cultura de exclusão e dominação masculina (BHUTTO, 1995).

A argumentação de Bhutto sobre justiça encontra respaldo no Corão, base da consciência islâmica, voltada para a construção de uma sociedade justa, na qual o bem-estar geral é aferido a partir do bem-estar de indivíduos mais vulneráveis. Ao lidar com múltiplos aspectos de justiça em diversos contextos, o livro sagrado do Islã dedica um capítulo às mulheres, que começa com a recomendação aos crentes de proteger os direitos dos órfãos sob sua responsabilidade, inclusive por meio do casamento. Tal recomendação decorre do grande número de órfãos, resultado dos conflitos na Península Arábica no século VII, sendo que as mulheres corriam mais riscos por não gozarem de independência econômica. Outrossim, foi

¹ Benazir Bhutto (1953 – 2007) era filha do ex-primeiro ministro do Paquistão, Zulfikar Ali Bhutto, executado durante o golpe militar de 1979 que levou o general Zia ul-Haq ao poder. Ela se tornou primeira mulher contemporânea a ocupar uma posição de liderança em um país muçulmano ao ser eleita primeira ministra do Paquistão em 1988. Nos nove anos seguintes, ela perdeu e reconquistou o cargo por acusações de corrupção. Condenada por corrupção em 1997, ela foi desqualificada politicamente e exilada, mas após um acordo com o então presidente paquistanês Pervez Musharraf, regressou ao seu país em 2007 para disputar as eleições gerais de 2008. Bhutto iniciou sua campanha como principal candidata de oposição, mas foi assassinada em 27 de dezembro, enquanto retornava de um comício eleitoral na cidade de Rawalpindi (BURNET, 2016).

² Intitulada “Ação para a igualdade, o desenvolvimento e a paz”, a conferência ocorreu em Pequim entre 4 e 14 de setembro de 1995 e foi marcada por divergências entre grupos feministas majoritariamente ocidentais e representantes de fundamentalistas cristãos, islâmicos e católicos tradicionais em relação ao papel da família sobre a sexualidade feminina. O desacordo interrompeu a produção da “Plataforma de Ação”, documento que seria objeto de debate durante o evento. Benazir Bhutto discursou durante a primeira reunião plenária, defendendo o Islã e ao mesmo tempo demonstrando contrariedade ao fundamentalismo. Por ser mulher, líder de uma nação islâmica e educada no Ocidente, Bhutto foi considerada retrato da tensão estabelecida entre os durante a conferência e procurou sustentar uma posição equilibrada (BURNET, 2016).

proibido o infanticídio feminino e estabelecido que as mulheres deveriam receber cotas de herança. Acresce que às mulheres é destinada a entrega do dote como presente de casamento, e não aos seus pais, e também a posse sobre o salário recebido (SONN, 2004).

Cabe aqui salientar as escrituras sagradas do Islã, entendidas pelos fiéis não apenas como livro ou código de leis, mas como um guia para toda a humanidade, apresentam o mesmo critério de virtude para homens e mulheres, fundamentado na sinceridade, na honestidade e na compaixão (SONN, 2004). Isso é retratado por um trecho específico do Alcorão:

Na verdade, para homens submissos e mulheres submissas, homens que Acreditam e mulheres que acreditam, homens que obedecem e mulheres que obedecem, homens honestos e mulheres honestas, homens pacientes e mulheres pacientes, homens humildes e mulheres humildes, homens caridosos e mulheres caridasas, homens que jejuam e mulheres que jejuam, homens modestos e mulheres modestas, homens que invocam a Deus com frequência e mulheres que também o fazem, Deus preparou o perdão e uma grande recompensa (ALCORÃO, 33:35).

A reflexão sobre a participação feminina na sociedade ganha viés prático à luz do fato ressaltado por Bhutto de que mais mulheres do que homens sofrem com pobreza e discriminação, especialmente nos países em desenvolvimento. Daí depreende-se que elas, juntamente com as crianças, são diretamente afetadas pela redução crescimento econômico e pela inadequação dos sistemas de apoio social, tanto que Bhutto as coloca como “as maiores vítimas dos processos de ajuste estrutural, que requerem financiamento estatal reduzido para saúde, assistência médica e nutrição”. Por isso, a supressão de recursos destinados a estas áreas consideradas vitais são apresentados por ela como um problema que requer ação política com foco nos grupos mais vulneráveis. Bhutto faz o seguinte apelo:

Não se pode esperar que mulheres lutem sozinhas contra as forças da discriminação e da opressão [...] Hoje, neste mundo, na luta pela libertação das mulheres, não pode haver neutralidade. Mas, queridas irmãs, aprendemos que só a democracia não é suficiente. A liberdade de escolha, por si só, não garante justiça. Direitos iguais não são definidos somente por valores políticos A justiça social é uma tríade de liberdade, uma equação de liberdade. Justiça é liberdade política. Justiça é independência econômica. Justiça é igualdade social. Representantes, irmãs, a criança que está morrendo de fome não tem direitos humanos. A menina que é analfabeto não tem futuro. A mulher que não pode planejar sua vida, sua carreira, fundamentalmente não é livre (BHUTTO, 1995).

Trajetória do feminismo islâmico na Arábia Saudita

A compreensão da trajetória do feminismo islâmico na Arábia Saudita requer ciência de algumas características do país. Trata-se de um reino adepto do wahabismo, movimento fundado na Península Arábica e inflexivelmente tradicionalista, além de dedicado a retomar a força inicial do Islã por meio da abolição de “inovações” como sufismo e arte (SONN,2004). A leitura conservadora da doutrina islâmica é expressa no tratamento reservado às mulheres em seu sistema jurídico: elas não podem dirigir e devem contar sempre com a tutela de um guardião legal masculino- pai, irmão, marido- para obter emprego, viajar ao exterior ou desempenhar qualquer atividade fora do ambiente doméstico (SAUDI ARABIA’S OPRESSION ...,2015). Tal quadro teve um aparente recrudescimento em 2015, quando o país se tornou o último do mundo a permitir o voto feminino (MULHERES VOTAM ..., 2015).

Em 12 de dezembro do referido ano, foi organizado no país o primeiro pleito no qual mulheres puderam se candidatar e também votar para cargos nas assembleias locais. Na ocasião, 900 mil mulheres concorreram junto a 6 mil homens por 2/3 das cadeiras destinadas a vereadores na Arábia Saudita. A expectativa da eleição de mulheres era baixa, em razão tanto do pequeno número de mulheres votantes – cerca de 1/10 do total de eleitores- quanto de dificuldades no registro - obstáculos burocráticos, falta de informação e limitação na circulação de mulheres. A participação nas eleições, contudo, foi considerada um tímido passo em direção à igualdade de gênero e foi inclusive saudada pela ONG *Human Rights Watch*, ainda que com ressalvas³ (MULHERES VOTAM ..., 2015).

Durante a campanha eleitoral, candidatas femininas relataram experiências positivas e também negativas. Para a candidata Badreldin al-Sawari, uma pediatra da capital saudita, Riad, a campanha em si já foi uma vitória. Ela declarou que não se candidatou para vencer, mas sim por patriotismo e para mostrar que o Islã assegura direitos também às mulheres. Já as ativistas Lujain Hathlul⁴ e Nassima al-Sadah tiveram suas candidaturas barradas e contestaram a proibição na justiça saudita. Esses e outros impedimentos, por vezes baseadas em acusações de religiosos, geraram certo pessimismo entre as eleitoras do país. Uma delas, que não quis se

³ A ONG salientou que "a Arábia Saudita continua a discriminar as mulheres através de uma miríade de leis, políticas e práticas" (MULHERES VOTAM ..., 2015).

⁴ Hathlul foi presa em 2 de dezembro de 2014 por tentar entrar na Arábia saudita a partir dos Emirados Árabes Unidos dirigindo um carro e permaneceu detida por dois meses (MULHERES VOTAM ..., 2015).

identificar, declarou: “[...] Não creio que as mulheres ganharão muito poder caso vençam”⁵ (MULHERES VOTAM ..., 2015).

Como resultado das eleições, 18 mulheres foram eleitas para cargos não somente nas maiores cidades como também em pequenos vilarejos da Arábia Saudita. O número de assentos obtidos não foi muito grande, mas na análise de Mona Abu Suliman ⁶, a participação feminina no processo foi bastante significativa. Segundo ela, “Reconhecer o voto das mulheres no processo decisório é um passo rumo à igualdade” (tradução nossa⁷). Suliman ainda acrescenta que apesar de algumas pessoas verem que a inclusão de mulheres no processo eleitoral como mais um sinal de ocidentalização do país, porém a maior parte da população permaneceu neutra ou demonstrou aceitar mulheres ocupando cargos públicos (SAUDI ARABIA ELECTS ...,2015).

Isso não necessariamente atenuou a imagem internacional do país como pouco afeto aos direitos das mulheres (THE GLOBAL GENDER ...,2016). Em 2016, um relatório do Fórum Social Mundial colocou o país na 142^a posição no ranking global de igualdade de gênero, a frente apenas de Síria, Paquistão e Iêmen (THE GLOBAL GENDER ...,2016). No ranking sobre empoderamento político, o reino wahabita ocupa o 122º lugar e no ranking sobre participação econômica ocupa novamente a 142^a posição (THE GLOBAL GENDER ...,2016). Levando essa situação em consideração, juntamente com o avanço obtido no final de 2015, a situação das mulheres na Arábia saudita corrobora a afirmativa de que todos os indivíduos passam sua vida evoluindo de uma situação de dependência para uma situação inicial de dependência para uma etapa final de independência (KYMLICKA, 2006).

Um entrave para atuação do feminismo islâmico em território saudita é distinção entre as esferas pública e privada e a restrição das mulheres à última delas, que faz com que homens e mulheres sejam associados a formas diferentes de pensamento e sentimento. Isso dá no plano cultural, por força da tradição e não a nível empírico. Sendo assim, da mulher são exigidas disposições particularistas, emocionais e intuitivas, úteis na vida doméstica, já que seus valores morais são estruturados pelo cuidado e pela receptividade. Em contraste, exige-se do homem um pensamento racional, imparcial e desapaixonado, voltado para a vida pública, pois a justiça e os direitos são a base de seus valores e virtudes morais. Nesse

⁵ Esta declaração foi dada por uma professora que vive no nordeste da Arábia Saudita ao explicar a exclusão de sua candidata favorita das eleições por acusações de religiosos (MULHERES VOTAM ..., 2015).

⁶ Suliman é uma personalidade da mídia e consultora da Al Jazeera em Riad (SAUDI ARABIA ELECTS ...,2015).

⁷ Do original: "Recognising women's votes in decision-making is a step towards equality,"

sentido, o gênero define valores e normas, logo faz parte de um projeto moral que inclui a divisão moral do trabalho (KYMLICKA, 2006).

Uma consequência da diferenciação das moralidades feminina e masculina, é a tendência a diversificação das sensibilidades morais, de modo que mulheres e homens raciocinam e se manifestam com “vozes diferentes”. Homens são orientados pela ética da justiça, que vincula o desenvolvimento moral à compreensão de direitos e regras, ao passo que mulheres são guiadas pela ética do cuidado, que atrela o desenvolvimento moral à compreensão da responsabilidade e das relações. Isso significa que, devido à moralização do gênero, as questões morais com envolvimento masculino são mais estimadas e classificadas como questões de “justiça e direitos”, ao mesmo tempo em que as preocupações morais femininas são subalternizadas e enquadradas na categoria de “cuidado e relações pessoais” (KYMLICKA, 2006).

Apesar das dificuldades, em 2018 outro marco foi atingido no reino wahabita: a suspensão da proibição da concessão de carteiras de motoristas para mulheres no dia 05 de junho (SAUDI ARABIA’S BAN ..., 2018). Com isso, espera-se que cerca de 2.000 motoristas estejam licenciadas nos próximos meses (SAUDI ARABIA’S BAN ..., 2018). Tal iniciativa se deu após uma intensa campanha realizada por ativistas desde a década de 1990 e intensificada durante a Primavera Árabe por meio da hashtag #Women2Drivecampaign e da mobilização de figuras de Manal al-Sharif ⁸(KINNIMONT ...,2018).O fim da proibição foi recebido com entusiasmo pelas mulheres, crianças e por muitos homens, mesmo os mais conservadores, diante do empoderamento econômico feminino nas últimas décadas (KINNIMONT ...,2018).Em virtude do incremento dos investimentos na educação de mulheres e meninas sauditas desde o reinado de Abdullah, muitas estão tendo acesso a novas oportunidades e têm de lidar com o aumento do custo de vida, sobretudo em famílias de classe média, nas quais surgiu a demanda para que não apenas homens pudessem dirigir (KINNIMONT ...,2018).

Trajetória do feminismo islâmico no Irã

Em 1936, foi colocado em prática um plano de emancipação feminina denominado “Despertar da Mulher”, que o mesmo tempo fomentava a participação das mulheres nos negócios, nos esportes, em iniciativas culturais e também no plano acadêmico. Como resultado, os níveis de alfabetização e educação sexual entre mulheres e meninas cresceu vertiginosamente

⁸ A ativista saudita se filmou enquanto dirigia um carro em 2011, a despeito da proibição então vigente da Arábia Saudita, e postou o vídeo no YouTube. Sharif foi detida pelas autoridades sauditas, permaneceu presa por um breve período e recebeu ameaças de morte antes de deixar o país (KINNIMONT ...,2018).

no país, onde já se registrava participação de mulheres na política – inclusive como ministras e na magistratura. Sendo assim, o Irã se distinguiu dos demais países de maioria islâmica por ter criado uma base para o protagonismo feminino em seu território que persistiu por décadas, mesmo após ascensão de um governo conservador (ADGHIRNI, 2014).

O processo supracitado teve suas consequências ampliadas por uma liberalização dos modos nos meios urbanos (ADGHIRNI, 2014). Isso porque:

As condições de vida na cidade e o trabalho fora de casa tiveram certo efeito sobre a vida familiar e o lugar das mulheres nela. Na cidade, a migração dos trabalhadores significou que a esposa tinha maiores responsabilidades pela família e precisava tomar uma série de decisões que antes cabiam ao marido. Na cidade, a família ampliada talvez não tivesse a mesma responsabilidade da aldeia; a esposa não podia mais viver numa grande comunidade feminina de irmãs e primas, sob domínio da sogra; maridos e esposas eram lançados mais diretamente em contato uns com os outros; as crianças podiam não ser mais educadas para a vida social dentro da grande família, e ser formada tanto pela escola e a rua quanto pelo lar. O comércio de ideias e a ampliação dos serviços médicos levaram à disseminação do anticoncepcional; as famílias urbanas, por necessidade econômica e devido a novas possibilidades, tendiam a ser menores do que as rurais. Em virtude da educação e do emprego, as moças casavam -se mais ou menos aos vinte anos, e não em meados da adolescência. Na rua e no local de trabalho, o isolamento rompia-se inevitavelmente. Não apenas o véu tornava-se menos comum do que antes, como desapareciam outras formas de separação de homens e mulheres (HOURANI, 1991, Pp 572- 573).

Tal quadro, contudo, não implicou uma deterioração da primazia masculina, pois alguns costumes sociais masculinizantes permaneciam arraigados (HOURANI, 1991). Os clérigos conservadores iranianos, cujo poder e reconhecimento por parte da dinastia Pahlavi recrudesciam, não viam tais mudanças com bons olhos. A da poligamia, a concessão às mulheres de pedir divórcio (que não podia mais ser requerido unilateralmente pelos homens) e ao aumento da idade mínima de 13 para 18 anos, medidas congregadas nas lis de família implantadas pelo xá, foram fontes de descontentamento que contribuíram para a queda da monarquia em 1979 (ADGHIRNI, 2014).

Considerações Finais

O presente artigo não pretende apresentar soluções para os dilemas entre feministas islâmicas e movimentos feministas seculares ocidentais, mas sim mostrar como o movimento feminista islâmico é dinâmico, diverso e capaz de se adaptar às realidade locais. Mais do que isso, o feminismo islâmico preenche uma lacuna existe a década nos estudos feministas,

buscando promover o diálogo entre a luta feminista e a religião, parte fundamental da identidade de tantas mulheres.

Referências Bibliográficas:

ABU – LUGHOD, Lila. **As mulheres muçulmanas precisam de salvação? Reflexões antropológicas sobre o relativismo cultural e seus Outros.** Estudos Feministas, Florianópolis, 20 (2): 256, maio-agosto / 2012. Pp- 451-470.

ADGHIRNI, Samy. **Os Iranianos.** Editora Contetxo. São Paulo, 2014. 217 p.

AHMED- GHOSH, Huma . **Dilemmas of Islamic and Secular Feminsists and Feminisms.** Jornal of International Womens's Studies , V. 9 , n 3, 2008 . Pp- 99116.

ALCORÃO. Tradução de Samir .El Hayek. Foz do Iguaçu, Centro Cultural Árabe Islâmico de Foz do Iguaçu. 1322 p.

BHUTTO, Benazir (1995). O etos do Islã é a igualdade, a igualdade entre os sexos. In: BURNET, Andrew et al (2016). **50 discursos que marcaram o nome moderno.** L & PM Editores, Porto Alegre, 2017. Pp. 242-247.

HOURANI, Albert (1991). **Uma história dos povos árabes.** Companhia de Bolso, São Paulo, 2006.

KINNIMONT, Jane. End of saudi women driving ban reflects deep changes in Society. **BBC News**, jun.208. Disponível em: < <https://www.bbc.com/news/world-middle-east-41412022>>. Acesso em: 06.jan.2019.

KYMLICKA, Will. **Filosofia Política Contemporânea** . Martins Fontes, São Paulo 2006.

SAUDI ARABIA ELECTS its first female politicians. **Al Jazeera English**, 14.dez.2015. Disponível em: < <http://www.aljazeera.com/news/2015/12/women-win-seats-landmark-saudi-arabia-elections-151213054750832.html>>. Acesso em: 06.jan.2019.

SAUDI ARABIA: LITTLE human rights progress under king Salman. **Human Rights Watch**, 03.set.2015. Disponível em: <<https://www.hrw.org/news/2015/09/03/saudi-arabia-little-rights-progress-under-king-salman>>. Acesso em: 06.jan.2019.

SAUDI ARABIA'S BAN on women driving officially ends. BBC News, 24.jun.2018. Disponível em: < <https://www.bbc.com/news/world-middle-east-44576795>>. Acesso em: 06.jan.2019.

SAUDI ARABIA'S OPPRESSION of women goes way beyond its ban of driving, **The Washington Post**, 28.out. 2013. Disponível em: < <https://www.washingtonpost.com/news/worldviews/wp/2013/10/28/saudi-arabias-oppression-of-women-goes-way-beyond-its-ban-on-driving/>>. Acesso em: 06.jan.2019.

SEHLIKOGLU, Sertaç. Revisited: Muslim Women's agency and and feminsit antropology of the Middle East. Cont Islam (2018) 12 . PP- 73 – 92

SILVA, Ana Paula Maielo ; LINHARES, Monique de Medeiros; MELO, Rachel Emanuelle Lima Lira Farias de. **Por uma virada pós- secular: o feminismo islâmico e os desafios aos feminismos (seculares) em Relações Internacionais.** Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD, Dourados. V. 6, n.11, jan/jun 2017. Pp- 58-88

SONN, Tamara (2004). **Uma breve história do Islã: um guia indispensável para compreender o Islã no século XXI.** Editora José Olympio, Rio de Janeiro, 2011.

